


CONTRATO DE CESSÃO DE USO A TÍTULO ONEROSO DO PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES DO ANHEMBI

RESUMO DA CESSÃO:

CESSIONÁRIA:	NOME DA CESSIONÁRIA
CEDENTE:	SÃO PAULO TURISMO S.A.
NOME DO EVENTO:	NOME DO EVENTO
LOCAL DO EVENTO:	PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES – Áreas locadas
PERÍODO DO EVENTO:	MONTAGEM: XX e XXXX/XX; REALIZAÇÃO: XX/XX/XX; DESMONTAGEM: XX/XX/XX
Nº. DE DIÁRIAS:	XX DIÁRIAS (de 24hs - das 07hs às 07hs)
VALOR DA CESSÃO:	TOTAL R\$ XX.000,00 – Incidirá após 12 meses, contados da data do pagamento do sinal, a variação do IPCA/IBGE.
CHEQUE CAUÇÃO:	R\$ XX.000,00 EM XX/XX/XX
OBRIGATORIEDADE:	COLOCAR A LOGOMARCA DO ANHEMBI EM TODOS OS MATERIAIS DE COMUNICAÇÃO DO EVENTO. 
PENALIDADES:	<ul style="list-style-type: none"> CANCELAMENTO DO EVENTO: <ul style="list-style-type: none"> a) ATÉ 12 MESES PERDA DE TODOS OS VALORES PAGOS; b) APÓS 12 MESES MULTA DE 80% DO VALOR DO CONTRATO. INFRAÇÃO DE QUALQUER CLÁUSULA CONTRATUAL SEM PENALIDADE ESPECÍFICA – 20% DO VALOR DO CONTRATO

I - DAS PARTES

De um lado, a **SÃO PAULO TURISMO S.A.**, doravante denominada simplesmente **CEDENTE**, sociedade anônima cujo controle acionário pertence à Municipalidade de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 62.002.886/0001-60, sediada nesta Capital, na Avenida Olavo Fontoura, n.º 1.209, Anhembi, CEP 02012-021, telefone - (55 11) 2226-0400, neste ato representado por seu Diretor Presidente, **ALCINO REIS ROCHA**, brasileiro, casado, consultor, portador da cédula de identidade R.G. n.º 37.510.189-5 SSP/SP e do CPF n.º 544.900.065-00 e, por sua Diretora de Marketing e Vendas, **NINOROSS BASTOS RIBEIRO**, brasileira, divorciada, economista, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 10.524.717 SSP/SP e do CPF n.º 038.394.508-96, ambos residentes e domiciliados nesta capital;

De outro lado, a **(NOME EMPRESARIAL)**, doravante denominada simplesmente **CESSIONÁRIA**, (tipo empresarial), devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, sediada na Rua **Xxxx**, n.º **XXX**, Bairro, **São Paulo/SP**, CEP **XX.XXX-XXX**, neste ato representada por seu **Sócio/Procurador/Diretor**, **(NOME)**, brasileiro, casado, (profissão), portador da cédula de identidade RG n.º **XXXXXXXX** – SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º **XXX.XXX.XXX-XX**, residente e domiciliado nesta Capital.

Resolvem as Partes, de comum acordo, celebrar o presente Instrumento que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir descritas, observado o disposto no artigo 173, § 1º, inciso II, da Constituição Federal Brasileira.

II – DO OBJETO E DO PERÍODO

CONTRATO N.º XXXXX

PROCESSO DE EVENTO INTERNO N.º XXX/XX

CLÁUSULA 1ª. O presente contrato tem por objeto regular a utilização das áreas e equipamentos do Pavilhão de Exposições para a realização do Evento "XXXXXXXXXX", conforme descrito a seguir:

DEPENDÊNCIAS	PERÍODO	Nº. DIÁRIAS	VALOR (R\$,00)
XXXXXX	Das 07hs do dia xxx às 07hs do dia xxx	XX	XXXXXXX
XXXXXX	Das 07hs do dia xxx às 07hs do dia xxx	XX	XXXXXXX
XXXXXX	Das 07hs do dia xxx às 07hs do dia xxx	XX	XXXXXXX
TOTAL			R\$ XXXXX

Parágrafo Primeiro. A **CEDENTE** entregará à **CESSIONÁRIA** as áreas e equipamentos objeto da cessão, devidamente desocupadas, limpas e em condições de uso, de acordo com o especificado no item acima, mediante o necessário aceite no "Termo de Vistoria Inicial da Área", firmado pelas partes ou seus representantes.

Parágrafo Segundo. Findo o prazo de cessão, a **CESSIONÁRIA** procederá à devolução das referidas áreas, completamente livres e desembaraçadas de coisas e pessoas, devidamente limpas, em idênticas condições em que foram por ela recebidas, em todas as suas instalações, do que se lavrará, na oportunidade, "Termo de Vistoria Final e Recebimento", firmado pelas partes ou seus representantes.

Parágrafo Terceiro. Caso as áreas cedidas não sejam devolvidas devidamente limpas, assim como completamente livres e desembaraçadas de coisas e pessoas ficará a **CEDENTE** autorizada a proceder aos trabalhos de limpeza e desocupação, arcando a **CESSIONÁRIA** com o valor correspondente, acrescido de 10 % (dez por cento), a título de taxa de administração.

Parágrafo Quarto. Fica desde já acordado que a alteração do segmento a que se destina o evento/feira ficará condicionada à análise e aprovação, por escrito, da **CEDENTE**, caso contrário, a **CESSIONÁRIA** responderá pelo pagamento de multa/indenizações a que der causa.

III - DOS PAGAMENTOS E DA CAUÇÃO

CLÁUSULA 2ª. Pelo uso das dependências, objeto do presente contrato, deverá a **CESSIONÁRIA** satisfazer o pagamento do valor de **R\$ XXX,00 (XXX)**, referente ao valor total do presente contrato, nas condições a seguir:

PARCELAS	VENCIMENTOS	VALORES (R\$,00)
Primeira (Sinal)	10% para reserva da área - quitada	XXX
2ª parcela	XX/XX/XXXX	XXX
3ª parcela	XX/XX/XXXX	XXX
4ª parcela	XX/XX/XXXX	XXX

Parágrafo Primeiro. Sobre os valores do presente contrato ou de suas parcelas de pagamento, cujos vencimentos ocorram após 12 meses de vigência a contar da data do pagamento do sinal em **XX/XX/XX**, incidirá reajuste de acordo com a variação do IPCA/IBGE, ou, na falta deste, por outro índice oficial que reflita a variação de preços no período de reajuste.

CONTRATO N.º XXXXX

PROCESSO DE EVENTO INTERNO N.º XXX/XX

Parágrafo Segundo. O pagamento das parcelas do presente contrato poderá ser feito através de boleto bancário, direto na Tesouraria da **CEDENTE**, ou através de TED/DOC com o respectivo depósito no Banco do Brasil, agência nº. 1897-x, conta corrente nº. 36509-2, em nome da São Paulo Turismo S/A – CNPJ nº. 62.002.886/0001-60.

CLÁUSULA 3ª. O não pagamento de quaisquer importâncias devidas, nos prazos e valores especificados, implicará a aplicação da multa moratória de 2% (dois por cento), com acréscimo de juros de 1% (um por cento) ao mês, além das despesas referentes à cobrança.

Parágrafo Primeiro. A inadimplência acima citada por período superior a 10 (dez) dias poderá ocasionar o cancelamento automático e unilateral da cessão de uso, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da aplicação da multa prevista na cláusula 8.ª, além de eventual cobrança de indenização suplementar por perdas e danos (danos emergentes e lucros cessantes) pela **CEDENTE**.

Parágrafo Segundo. Para aferição dos lucros cessantes será considerado o valor correspondente à diária da área, acrescido do valor estimado com a exploração de estacionamento, mídia e outros por dia de evento.

CLÁUSULA 4ª. A **CESSIONÁRIA**, a título de **caução**, deverá efetuar o pagamento do valor de **R\$ XXX,00 (XXX)**, referente a 10% (dez por cento) do valor total bruto do contrato até o dia **XX/XX/XX**.

Parágrafo Primeiro. A caução deverá ser recolhida em cheque, dinheiro ou fiança bancária e permanecerá sob a custódia da **CEDENTE** até que sejam quitadas todas as contas referentes à montagem, realização e desmontagem do evento, inclusive as tarifas previstas na cláusula 5ª.

Parágrafo Segundo. Caso seja constatada a ocorrência de danos à **CEDENTE** ou se houver inadimplemento no pagamento das contas e das tarifas, acima mencionadas, haverá a respectiva compensação de valores, ficando ainda sob exclusivo critério da **CEDENTE** a cobrança de valor adicional, caso seja constatada a insuficiência do valor da caução.

Parágrafo Terceiro. Eventuais débitos ou penalidades aplicadas à **CESSIONÁRIA**, após o devido procedimento, poderão ser descontados da garantia prestada nos termos acima, se houver, ou ainda, ser cobrados administrativa ou judicialmente.

Parágrafo Quarto. Após o fechamento das contas referentes ao evento realizado, a **CEDENTE** restituirá à **CESSIONÁRIA**, o saldo da caução, se existente.

CLÁUSULA 5ª. As tarifas resultantes do uso dos serviços de telefonia e transmissão de dados, do consumo de energia elétrica, gás encanado e água, da utilização da rede de esgoto e de outros serviços disponíveis à época da realização do evento deverão ser pagas à **CEDENTE**, sob pena de aplicação de multa moratória de 2% (dois por cento), com acréscimo de juros de 1% (um por cento) ao mês, sendo apresentadas à **CESSIONÁRIA**:

- a) Faturas discriminadas do consumo de energia elétrica, gás encanado, água e da utilização da rede de esgoto e de outros serviços eventualmente disponíveis à época da realização do evento;
- b) Planilha de apuração, efetuada com base na leitura dos medidores da **CEDENTE**, constando obrigatoriamente nos respectivos **“Termos de Vistoria Inicial e Final da(s) Área(s)”**;

CONTRATO N.º XXXXX

PROCESSO DE EVENTO INTERNO N.º XXX/XX

c) Cópia das faturas do período da cessão, quando houver, emitidas pelas concessionárias dos serviços.

Parágrafo Primeiro. Todos os recursos de telefonia e transmissão de dados (dados, imagens e internet) são explorados com exclusividade pela Anhembi Telecom, nome fantasia utilizado para esse fim pela Gerência de Tecnologia da São Paulo Turismo S/A, sendo que as premissas para a contratação destes serviços estão detalhadas no “Manual de Normas Técnicas do Pavilhão de Exposições”.

Parágrafo Segundo. Com relação ao uso de serviços de telefonia, será apresentada à **CESSIONÁRIA** Nota Fiscal com o valor da cobrança, emitida pelo tarifador de sistema telefônico da **CEDENTE**, sendo que a cobrança será por ramal utilizado.

IV – DAS OBRIGAÇÕES DA CESSIONÁRIA

CLÁUSULA 6ª. A **CESSIONÁRIA** se obriga a realizar o evento nas datas e prazos previstos neste Contrato.

Parágrafo Único. A **CESSIONÁRIA** se obriga a consultar e cumprir integralmente as normas técnicas e procedimentais constantes no “**MANUAL DE NORMAS TÉCNICAS DO PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES DO ANHEMBI**”, o qual faz parte integrante deste instrumento. As mencionadas normas são necessárias para a correta utilização das instalações pela **CESSIONÁRIA**, sendo que a **CEDENTE** não arcará com quaisquer responsabilidades por danos causados por omissão, culpa ou dolo da **CESSIONÁRIA** na aplicação delas ao presente contrato.

CLÁUSULA 7ª. A **CESSIONÁRIA** responsabiliza-se pelos itens abaixo indicados:

7.1. A **CESSIONÁRIA** obriga-se a manter em permanente funcionamento os serviços de manutenção, conservação e limpeza das áreas cedidas, utilizando-se de profissionais, portadores de respectiva identificação, e de equipamentos em número suficiente ao tamanho do evento.

Parágrafo Primeiro. As lixeiras colocadas pela **CESSIONÁRIA** nos ambientes não poderão ser fabricadas em material de fácil combustão, sob pena de incidir a **CESSIONÁRIA** em infração contratual, sujeitando-se às penalidades previstas no presente.

Parágrafo Segundo. Durante a realização do evento, a **CESSIONÁRIA** deverá providenciar a coleta de lixo por ela especificamente contratada, responsabilizando-se ainda pelo destino final de todo e qualquer lixo produzido durante o período de realização do evento e ocupação das áreas, o qual deverá ser devidamente ensacado e depositado em caçambas.

Parágrafo Terceiro. A **CESSIONÁRIA** deverá observar as determinações da Lei Estadual nº. 13.541/09, abstendo-se de disponibilizar cinzeiros ou criar áreas de fumantes nas áreas utilizadas, sob pena de incidir em infração contratual e legal, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

7.2. Ficam sob responsabilidade da **CESSIONÁRIA** todos os ônus ou obrigações, inclusive pagamentos devidos, concernentes à legislação fiscal, tributária, trabalhista, previdenciária, securitária, civil ou comercial, decorrentes da execução do presente Contrato, no âmbito municipal, estadual e federal, em especial, o recolhimento da contribuição devida ao ECAD (Escritório Central de Arrecadação) e a taxa de fiscalização e serviços diversos – TFSD à Secretaria de Estado e Negócios da Fazenda.

7.3. Na hipótese de o evento compreender apresentações artísticas e/ou shows musicais, a **CESSIONÁRIA** será a única responsável pela contratação e pagamento dos cachês dos artistas, dj's, músicos e grupos contratados, bem

CONTRATO N.º XXXXX

PROCESSO DE EVENTO INTERNO N.º XXX/XX

como pela obtenção de eventuais autorizações, licenças, alvarás e demais exigências do Poder Público para a realização do evento.

Parágrafo Único. A **CESSIONÁRIA** reconhece ser de sua inteira responsabilidade o pagamento de direitos autorais e conexos, taxas ou outras verbas e indenizações, porventura devidas à Ordem dos Músicos do Brasil ou quaisquer outros órgãos ou sindicatos, bem como quaisquer obrigações relacionadas à organização ou realização do evento, seja no que concerne aos projetos, materiais, mão de obra, confecção, venda e distribuição de convites, dentre outros, razão pela qual a **CEDENTE** não poderá ser responsabilizada, administrativa ou judicialmente, pelo recolhimento de quaisquer valores eventualmente devidos.

7.4. Fica sob responsabilidade da **CESSIONÁRIA** a integral segurança do evento, sendo que a **CEDENTE** não se responsabilizará perante a **CESSIONÁRIA** ou terceiros por eventuais prejuízos que estes possam vir a sofrer, inclusive quanto a furto, roubo ou destruição total ou parcial de seus equipamentos e pertences, respondendo a **CEDENTE** apenas pela segurança das áreas não cedidas e das áreas internas de uso exclusivo da **CEDENTE**.

7.5. Na realização do evento, a **CESSIONÁRIA** deverá respeitar todas as normas referentes à adequação das edificações às pessoas portadoras de deficiência física e com mobilidade reduzida, em especial as regras da **ABNT 9050/04**, principalmente quando houver instalação de estruturas provisórias, sob pena de responder pelas eventuais sanções impostas pelos órgãos públicos fiscalizadores, bem como pela multa por infração contratual prevista no presente.

7.6. A **CESSIONÁRIA** obriga-se a cumprir e fazer com que todos seus empregados ou subcontratados observem os regulamentos disciplinares, de segurança, existentes no local de trabalho, com a obrigatoriedade de observar as exigências emanadas pela CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), pela Fiscalização e, principalmente, as contidas na legislação em vigor.

7.7. A **CESSIONÁRIA** declara ser integral e exclusivamente responsável pelas providências necessárias a obtenção e fornecimento de todo apoio, inclusive pelo cumprimento de todos os trâmites administrativos em seus devidos prazos, sobretudo pela limitação do número de pessoas/público visitante do evento nas dependências do PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES DO ANHEMBI, diligenciando junto ao SMT, CET, DSV, SPTRANS, POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO, inclusive o CORPO DE BOMBEIROS, SEGUR-03, VARA DE INFÂNCIA E JUVENTUDE, a fim de ser garantida segurança necessária ao evento.

Parágrafo Primeiro. A **CESSIONÁRIA** obriga-se a proceder ao controle de acesso do público ao evento, obedecendo ao limite estabelecido pelo SEGUR-03, sendo que não se poderá obstruir as saídas de emergência e rotas de fuga.

Parágrafo Segundo. Eventuais espaços internos fechados a serem montados/utilizados pela **CESSIONÁRIA**, nas áreas ora cedidas para a realização do evento, também deverão ter controle de lotação específico, sob sua exclusiva responsabilidade, nos termos previstos no Código de Obras e demais legislações aplicáveis à matéria.

Parágrafo Terceiro. A **CEDENTE** reserva-se o direito de decidir sobre eventuais casos omissos no Manual de Normas Técnicas do Pavilhão de Exposições do Anhembi, bem como estabelecer novas normas que se façam necessárias ao bom funcionamento do evento, sendo as mesmas imediatamente comunicadas à **CESSIONÁRIA** via internet e/ou via Ofício.

Parágrafo Quarto. Eventuais alterações na legislação procedimental do SEGUR-03, dos Bombeiros, da

CONTRATO N.º XXXXX

PROCESSO DE EVENTO INTERNO N.º XXX/XX

ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), legislação municipal, estadual e federal, que alcancem o evento a ser realizado, deverão ser rigorosamente cumpridas pela **CESSIONÁRIA**, uma vez que a **CEDENTE** se exime de qualquer responsabilidade caso a **CESSIONÁRIA** não atenda a eventuais alterações impostas pelos órgãos públicos e/ou pela legislação aplicável à matéria.

Parágrafo Quinto. A **CEDENTE** poderá embargar ou interditar qualquer montagem que não atenda rigorosamente às exigências dos órgãos públicos competentes.

Parágrafo Sexto. A **CESSIONÁRIA** deverá apresentar, antes do início do evento, cópia do Alvará expedido pelo SEGUR-03, específico de autorização, isentando a **CEDENTE** desta responsabilidade.

7.8. A demanda ou exigência da **CESSIONÁRIA** em relação a modificações na infraestrutura já existente no PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES DO ANHEMBI somente será efetuada, desde que haja a expressa anuência da **CEDENTE**, sendo a **CESSIONÁRIA** integralmente responsável pelo pagamento de todas as despesas referentes a tais modificações e/ou exigências.

Parágrafo Primeiro. As montagens de quaisquer estruturas necessárias à realização do evento, ou seja, estandes, arquibancadas, tendas, palcos, cenários, instalações de passarelas, som, iluminação, dentre outros, são de inteira responsabilidade da **CESSIONÁRIA**, às suas exclusivas expensas, critérios e sob sua estrita responsabilidade, especialmente no que se refere à segurança do resultado da montagem, do material e equipamentos empregados, bem como da capacidade técnica do pessoal contratado para a montagem do evento.

Parágrafo Segundo. A **CESSIONÁRIA** obriga-se a apresentar à **CEDENTE**, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias antes da realização do evento, o projeto técnico, acompanhado de anotação do responsável, relativo à execução de quaisquer estruturas que sejam montadas no PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES DO ANHEMBI para a realização do evento, exceto para as estruturas fixas já existentes.

Parágrafo Terceiro. A **CESSIONÁRIA** é responsável por apresentar e obter a aprovação do projeto técnico, citado no parágrafo 2º do presente item, aos órgãos competentes, para as devidas anotações e demais providências administrativas, sendo certo que quaisquer exigências de tais órgãos deverão ser imediatamente cumpridas pela mesma, sob pena de serem impedidos de executar as referidas montagens, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no presente termo, além da eventual cobrança de indenização suplementar por perdas e danos.

7.9. A **CESSIONÁRIA** reconhece ser responsável pelo fornecimento de infraestrutura integral, manutenção hidráulica e elétrica necessárias à realização do evento, segurança das áreas ocupadas, bem como pela manutenção do estado de conservação de todos os pertences e partes do estabelecimento que utilizará em função desta contratação, além de todos os equipamentos e instalações que o guarnecem e que serão utilizados ou ocupados pelo público, convidados, prepostos, assistentes, técnicos e demais participantes do evento, podendo a **CEDENTE** exigir o pagamento ou indenização pelos danos eventualmente por eles causados, desde que devidamente comprovada a responsabilidade da **CESSIONÁRIA**, ficando a **CEDENTE** isenta de qualquer responsabilidade nesse sentido.

Parágrafo Primeiro. A **CESSIONÁRIA** se compromete a restaurar todo e qualquer dano na estrutura das áreas do PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES DO ANHEMBI, a fim de entregá-las nas mesmas condições em que lhe foram apresentadas.

Parágrafo Segundo. Na hipótese da **CEDENTE** arcar com os danos na estrutura, o valor gasto será cobrado integralmente da **CESSIONÁRIA**, que se compromete a efetuar o pagamento.

Parágrafo Terceiro. A **CESSIONÁRIA** obriga-se a contratar um “Seguro de Responsabilidade Civil”, assim como a contratação de outros seguros que se fizerem necessários, em especial o previsto na lei estadual 11.265/02, tanto para o público estimado para o evento, quanto para os seus bens e de terceiros que vierem a ser utilizados na montagem, realização e desmontagem do evento, às suas expensas, sendo que a apólice deverá ser encaminhada à Gerência de Operações antes do início do evento.

Parágrafo Quarto. A **CESSIONÁRIA** assume inteira responsabilidade, bem como a obrigação de reparar quaisquer danos causados a seus representantes, empregados, subcontratados, ou ainda, a terceiros e à **CEDENTE** e seus empregados, em decorrência do descumprimento das exigências do SEGUR-03, da POLÍCIA MILITAR e do CORPO DE BOMBEIROS, especialmente, no que diz respeito à capacidade de lotação da área cedida e as condições de segurança de infraestrutura necessária à realização do evento, independentemente da comprovação de culpa ou dolo, sem prejuízo do pagamento de indenização por perdas e danos.

7.10. A **CESSIONÁRIA** permitirá o acompanhamento *in loco* pela **CEDENTE** de todas as atividades desenvolvidas durante a montagem, realização e desmontagem do evento, por meio de seus empregados e/ou prepostos devidamente credenciados pela própria **CESSIONÁRIA**, que deverá acatar todas as determinações que lhe forem dirigidas expressamente, sempre que estas envolverem risco na realização do evento, sob pena da aplicação das sanções previstas no presente instrumento, sem prejuízo das medidas judiciais aplicáveis, o que não implicará solidariedade, nem tampouco isentará a **CESSIONÁRIA** de quaisquer responsabilidades assumidas por força do presente instrumento.

Parágrafo Primeiro. Os empregados e/ou prepostos da **CEDENTE** que acompanharão as atividades citadas no *caput* da presente cláusula poderão ser identificados por meio de seus crachás de trabalho e/ou, a critério da **CESSIONÁRIA**, por meio de credenciamento próprio a ser por ele providenciado.

Parágrafo Segundo. A **CESSIONÁRIA** compromete-se a conceder credencial para profissional indicado pela **CEDENTE** com a finalidade de fotografar/filmar o evento por ele realizado, considerando que o material gráfico então produzido será utilizado tão somente para fins de divulgação do Anhembi e seus espaços.

7.11. A **CESSIONÁRIA** reconhece ser responsável pela operação e manutenção, em perfeito estado de funcionamento, de postos médicos no PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES DO ANHEMBI, durante toda a realização do evento, em número compatível com o público estimado, além de manter disponível, durante todo o período contratado, ambulâncias equipadas com UTI.

Parágrafo Único. A **CESSIONÁRIA** reconhece ser a única e exclusiva responsável por qualquer atendimento médico de que necessite o público presente, assim como os profissionais envolvidos na realização do evento, não podendo a **CEDENTE**, em hipótese nenhuma, ser responsabilizada por qualquer tipo de falha decorrente da prestação de socorro ou serviços médicos em decorrência da realização do evento.

7.12. A **CESSIONÁRIA** obriga-se a realizar a campanha de publicidade, promoção e divulgação de seu evento, responsabilizando-se pelo cumprimento integral da Lei Municipal n.º 14.223/06, “CIDADE LIMPA”, e demais legislações aplicáveis à matéria, sendo que na hipótese de descumprimento da norma legal, a **CESSIONÁRIA** será única e exclusivamente responsável pelo pagamento de todas as multas, encargos ou custos eventualmente aplicados.

7.13. Caso o evento a ser realizado explore ou permita a exploração de propaganda ou publicidade de medicamentos, deverá a **CESSIONÁRIA** observar a legislação pertinente da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), respondendo exclusiva e integralmente por eventuais sanções por ela impostas.

CONTRATO N.º XXXXX

PROCESSO DE EVENTO INTERNO N.º XXX/XX

7.14. A CESSIONÁRIA deverá observar integralmente a Lei Estadual nº. 13.541/09 e demais legislações pertinentes, providenciando nas dependências que utilizar a afixação dos Avisos de Proibição de consumo de produtos fumígenos, bem como deverá determinar aos fumantes que não consumam tais produtos, respondendo integral e exclusivamente por eventual penalidade imposta pelas autoridades fiscalizadoras.

7.15. A CESSIONÁRIA deverá obedecer a todas as normas e legislações vigentes relativas à comercialização e distribuição de alimentos e bebidas, isentando a **CEDENTE** de quaisquer responsabilidades.

7.16. A CESSIONÁRIA deverá cumprir o disposto na Lei Estadual nº. 14.592/11 – “Lei Antiálcool” e no Decreto nº. 57.524/11, que a regulamentou, respondendo integral e exclusivamente por eventual penalidade imposta pelas autoridades fiscalizadoras.

7.17. No caso de realização de espetáculos teatrais, musicais, circenses, eventos esportivos, artísticos, culturais, de lazer, a CESSIONÁRIA deverá cumprir a legislação municipal, estadual e federal relativa à venda de ingressos e concessão do benefício da meia-entrada a estudantes, idosos, professores, dentre outros que sejam ou venham a ser abrangidos por esse benefício. **A CESSIONÁRIA** deverá obedecer, em especial, mas não se limitando, ao disposto nas seguintes leis: Leis Municipais nº. 11.113/91, 11.357/93 e 12.975/00, Lei Estadual nº. 7.844/92 e respectivo Decreto Regulamentador nº. 35.606/92; Lei Estadual nº. 10.868/01, com as alterações da Lei Estadual nº. 14.729/12; Estatuto do Idoso (Lei Federal nº. 10.741/03).

V – DAS PENALIDADES

CLÁUSULA 8ª. Fica estipulada a multa contratual de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do presente Contrato, à parte que infringir qualquer cláusula contratual, salvo se já houver previsão de penalidade específica.

Parágrafo Único. Fica facultado à parte inocente declarar rescindido unilateralmente o presente Contrato, sempre que a outra parte incidir em infração contratual.

CLÁUSULA 9ª. Por se tratar de cessão com a finalidade específica de permanência temporária da **CESSIONÁRIA** e eventuais ocupantes (expositores, montadores, entre outros), pelo período previsto neste Contrato, fica estipulada a penalidade diária equivalente a 3 (três) vezes o valor diário estabelecido neste Contrato, que será aplicada à **CESSIONÁRIA** no caso de não desocupação das áreas na data avençada, sem prejuízo do ajuizamento da ação de reintegração de posse, com pedido de liminar, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

Parágrafo Único. Caso a **CEDENTE** necessite das áreas dadas em cessão e não desocupadas na data aprazada, poderá, às suas expensas, proceder à desocupação, impondo à **CESSIONÁRIA** o ressarcimento de todas as despesas que para esse fim se fizerem necessárias, sem prejuízo da aplicação da multa estipulada no presente instrumento e da eventual cobrança de indenização por perdas e danos.

VI – DA RESCISÃO

CLÁUSULA 10. Se o evento, por qualquer motivo, com exceção do inadimplemento previsto no § 1º da cláusula 3ª, for cancelado pela **CESSIONÁRIA ATÉ** o 12º (décimo segundo) mês que antecede o início do período de cessão de uso, sem que a **CEDENTE** tenha concorrido para tanto, perderá a **CESSIONÁRIA** em favor da **CEDENTE** todos os valores já pagos.

CONTRATO N.º XXXXX

PROCESSO DE EVENTO INTERNO N.º XXX/XX

Parágrafo Primeiro. Se o evento, por qualquer motivo, com exceção do inadimplemento previsto no § 1º da cláusula 3ª, for cancelado pela **CESSIONÁRIA APÓS** o 12º (décimo segundo) mês que antecede o início do período de cessão de uso, sem que a **CEDENTE** tenha concorrido para tanto, a **CESSIONÁRIA** deverá pagar à **CEDENTE** multa no valor de 80% (oitenta por cento) do valor do contrato.

Parágrafo Segundo. Caso a **CEDENTE** apure prejuízo superior aos valores acima estipulados, poderá exigir indenização suplementar.

Parágrafo Terceiro. Na hipótese da não realização do evento objeto deste contrato por motivos alheios à vontade da **CEDENTE**, a **CESSIONÁRIA** se obriga a encaminhar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do pedido formal de cancelamento, nota explicativa à **CEDENTE**, na qual será expressamente mencionada a isenção de responsabilidade pelo ocorrido por parte da **CEDENTE**, que poderá divulgar essa nota em quaisquer meios de comunicação.

CLÁUSULA 11. Caso a **CEDENTE** necessite cancelar a presente cessão, caberá à **CESSIONÁRIA** escolher entre o recebimento da restituição dos valores por ela eventualmente já pagos ou a remarcação do evento conforme disponibilidade de agenda da **CEDENTE**, não se aplicando a cláusula 8ª.

VII – DISPOSIÇÕES GERAIS

CLAUSULA 12. Declaram neste ato, tanto a **CEDENTE** quanto a **CESSIONÁRIA**, não possuírem em seus nomes processos judiciais e ou administrativos que possam impedir a realização do evento e/ou a obtenção de licenças e alvarás junto aos competentes órgãos públicos, bem como se responsabilizam por eventuais multas ou autuações ocorridas antes, durante ou depois do evento, relacionados a procedimentos administrativos ou judiciais já existentes e/ou não declarados pelas partes, respectivamente.

CLÁUSULA 13. A **CESSIONÁRIA** somente poderá fazer uso das áreas do PAVILHÃO DE EXPOSIÇÕES DO ANHEMBI na forma e condições estabelecidas no presente instrumento, cujos limites obriga-se a fielmente respeitar.

CLÁUSULA 14. Outras áreas do Anhembi poderão ser concomitantemente exploradas pela **CEDENTE** ou cedidas a terceiros para a promoção de outros eventos.

CLÁUSULA 15. A **CESSIONÁRIA** se obriga ainda a respeitar os espaços ocupados pela **CEDENTE**, por seus locatários e concessionários, em conformidade com os contratos em vigor.

Parágrafo Único. Fica a **CESSIONÁRIA** desde já ciente de que a empresa Matel realiza em todas as terças-feiras, na Dispersão e setores do Sambódromo, o evento "Exposição de Carros Antigos" bem como, aos domingos, no estacionamento do Pavilhão de Exposições do Anhembi, o evento "Feira Livre do Automóvel", razão pela qual tais áreas estarão fechadas e indisponíveis para utilização pela **CESSIONÁRIA** entre o horário das 06h00 às 24h00 para a "Exposição de Carros Antigos" e das 22h00 às 13h00 para a "Feira Livre do Automóvel".

CLÁUSULA 16. A **CESSIONÁRIA** poderá solicitar alterações nos espaços objeto deste Contrato, podendo alterar a área, o período ou as datas e horários pactuados, ficando a solicitação condicionada à aprovação da **CEDENTE**.

Parágrafo Único. Em caso de aprovação, será realizado o aditamento do Contrato, ficando acertado que não haverá ressarcimento ou devolução de quaisquer quantias pagas, ocorrendo apenas a respectiva

CONTRATO N.º XXXXX

PROCESSO DE EVENTO INTERNO N.º XXX/XX

compensação de valores.

CLÁUSULA 17. A **CESSIONÁRIA** autoriza a **CEDENTE** a proceder à doação do material que for deixado ao abandono nas suas áreas.

CLÁUSULA 18. Todas as notificações, comunicações e avisos exigidos ou permitidos nos termos deste Instrumento deverão ser efetuados por escrito e entregues a cada parte através de carta registrada com aviso de recebimento, via fac-símile com comprovante de entrega, via e-mail, ou ainda por qualquer outro meio que possibilite a comprovação da entrega.

Parágrafo Único. As partes se comprometem a prontamente comunicar qualquer mudança de endereço e demais informações de contato.

CLÁUSULA 19. Cada uma das partes será única, integral e exclusivamente responsável por quaisquer pagamentos devidos aos seus respectivos empregados e funcionários, sejam obrigações previstas na legislação trabalhista, previdenciária, dentre outras aplicáveis à matéria, bem como pelo pagamento dos honorários devidos aos prestadores de serviços que tiverem sido por elas diretamente contratados para os propósitos deste Instrumento.

CLAUSULA 20. Ambas as partes, **CEDENTE** e **CESSIONÁRIA**, obrigam-se a manter e exigir que seus empregados, prepostos e terceiros contratados, mantenham confidencialidade acerca de quaisquer informações ou conhecimentos técnicos, administrativos, comerciais ou industriais relativos aos negócios da **CEDENTE** e da **CESSIONÁRIA**, inclusive aqueles ligados à organização interna, clientela, contabilidade, contratos, orçamentos, marketing, vendas, sistemas de trabalho e tudo o mais relacionado com elementos de caráter confidencial, sejam estas relacionadas ou não ao presente contrato, não podendo divulgar tais informações a terceiros, sem que haja consentimento por escrito da interessada.

CLAUSULA 21. O presente contrato não estabelece entre a **CESSIONÁRIA** e a **CEDENTE** nenhuma forma de sociedade, associação, relação de emprego ou responsabilidade solidária ou conjunta, correndo por conta exclusiva de cada parte, todos os encargos decorrentes da legislação vigente, seja trabalhista, previdenciária, securitária ou tributária em geral, obrigando-se as partes ao cumprimento das disposições legais, sendo certo que, cada parte responde civil e criminalmente por seus atos isoladamente.

CLÁUSULA 22. O presente Instrumento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e a seus sucessores a qualquer título.

CLÁUSULA 23. Nenhuma das partes poderá sem o prévio e expresso consentimento da outra parte, ceder, transferir, prometer ceder ou transferir, caucionar ou de qualquer forma onerar, no todo ou em parte, em favor de terceiros, os seus direitos decorrentes do presente Instrumento.

CLÁUSULA 24. O presente Instrumento constitui todo o entendimento das partes em relação à matéria aqui tratada, prevalecendo sobre todas as cláusulas, documentos e entendimentos verbais e/ou escritos anteriormente havidos entre as partes que conflitam com o ora contratado.

CLÁUSULA 25. A anulação de qualquer cláusula deste contrato não acarretará a anulação das demais, assim como a anulação de qualquer cláusula do Manual de Normas Técnicas não acarretará a anulação das demais que ali constam.

CONTRATO N.º XXXXX

PROCESSO DE EVENTO INTERNO N.º XXX/XX

CLÁUSULA 26. A **CESSIONÁRIA** deverá inserir, obrigatoriamente, como apoio, em todo o material e em toda a mídia utilizada para a divulgação do evento, a logomarca "ANHEMBI", que deverá ser submetida à aprovação prévia e expressa da **CEDENTE**.

Parágrafo Único – A logomarca atualizada está disponível através do site:

<http://www.anhembi.com.br/servicos/downloads/>



CLÁUSULA 27. As partes elegem o foro da Capital do Estado de São Paulo para dirimir eventuais dúvidas oriundas da interpretação do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas.

São Paulo,

CEDENTE: SÃO PAULO TURISMO S.A.

ALCINO REIS ROCHA
Diretor Presidente

NINOROSS BASTOS RIBEIRO
Diretora de Marketing e Vendas

CESSIONÁRIA: XXXXXXXXXXXXXXX

XXXXX
XXX

TESTEMUNHAS:

1.

Nome:

RG:

2.

Nome:

RG: